

2

Anísio Teixeira e os treze ministros: a “doce” estratégia de um “apolítico”

Anísio Teixeira era, com efeito, um antecedido aos homens de sua própria geração no modo de procurar resolver os problemas brasileiros por uma renovação de métodos mais apolíticos que políticos de ação que importasse para o Brasil uma verdadeira modernização social [...]. Anísio Teixeira entrou numa fase nova da vida brasileira sem compromissos de ordem partidária ou sequer de caráter político com o regime destruído em 1930 [...]. À proporção, entretanto, que se foram definindo, em alguns dos triunfadores responsáveis pelo novo regime, idéias de reforma nacional através de novas técnicas de ensino, foi se esclarecendo, entre eles, a necessidade de solicitarem de apolíticos notáveis pela competência e pelo espírito público a orientação para aquela reforma. (Gilberto Freyre, 1960, p. 120).

* * *

Na medida em que um projeto social represente algum grupo de interesse, terá uma dimensão política, embora não se esgote a esse nível pois a sua viabilidade política propriamente dependerá de sua eficácia em mapear e dar um sentido às emoções e sentimentos individuais [...]. Os projetos constituem, portanto, uma dimensão da cultura, na medida em que sempre são expressão simbólica. Sendo conscientes e potencialmente públicos, estão diretamente ligados à organização social e aos processos de mudança social. Assim, implicando relações de poder são sempre políticos (Gilberto Velho, 1997, p. 33-34).

Caro leitor, cabe uma explicação sobre a utilização de a “doce estratégia” no título deste capítulo. A idéia foi tomada por empréstimo de Hugo Lovisoló que em seu livro “Vizinhos distantes: universidade e ciência na Argentina e no Brasil (publicação de 2000) ao comentar as relações entre ciência e política estabelece a existência de diferentes estratégias de legitimação da Ciência frente ao Campo Político.

Uma das estratégias foi denominada “uma estratégia doce” que implicaria em três renúncias por parte dos cientistas: a primeira seria a renúncia a disputar com filósofos e com teólogos a primazia dos conhecimentos sobre a essência das coisas; a segunda teria como centro a renúncia à política ou qualquer disputa com

os políticos no que se refere à transformação ou manutenção da sociedade e, por fim, a terceira renúncia diz respeito ao papel da ciência como organizadora da sociedade.

Segundo Lovisolo, as renúncias são táticas colocadas à disposição para acionar uma estratégia de legitimação que é, também, uma política. Desta forma, a renúncia é uma tática de proteção. Penso que Anísio tenha utilizado com intensidade a segunda “renúncia”. No mais, operei uma inversão da expressão, passando a utilizar “doce estratégia” apenas por uma questão de estilo. Assim, a junção da utilização de a doce estratégia com as epígrafes que são flagrantemente opostas possibilita expressar aquilo que penso e que busco desenvolver neste capítulo: a construção de uma outra forma de politização do pensamento/ação educacional de um ator sujeito/coletivo. Como isto ocorreu?

Trata-se de um ponto delicado do trabalho e que por isso mesmo será revestido de um cuidado especial no que tangencia as fontes e no que se refere àquilo que desejo exprimir em relação ao ator em tela. Em primeiro lugar: a questão das fontes. Será intensa a utilização de biografias, correspondências, depoimentos e periódicos. Utilizarei também dados que construí a partir do cotejamento de diversas obras de referência, quadros estatísticos históricos e documentos institucionais. Quanto ao segundo item, afirmo que todas as buscas e resultados deste capítulo visam ao entendimento sobre o tipo de politização engendrado por Anísio Teixeira e seu exército na guerra pelo controle da educação nacional.

Devo advertir o leitor que a primazia da fala estará com aqueles que se encontraram, que viveram instituições educacionais e científicas, que de diferentes lugares (inclusive de dentro dos partidos políticos) contribuíram para a permanência de Anísio no Ministério da Educação por treze anos. Pretendo, ao máximo, dar voz aos atores que protagonizaram esta trama. Estarei presente na tese, porém de maneira diferente num comparativo com o capítulo I. A minha voz estará representada pela rede que busco tecer e pelo tanto de caráter político que pretendo imprimir a esta jornada.

Certamente, um primeiro questionamento é necessário: E por que Teixeira como líder nacional deste exército? Após a elaboração e a publicação do Manifesto de 1932, três atores se firmam como generais do movimento de renovação educacional: Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira.

Porém, as alterações no contexto histórico-político que se apresentariam nos vinte anos subseqüentes ao Manifesto de 1932 seriam decisivas para o isolamento administrativo de Fernando de Azevedo a São Paulo e a manutenção de Lourenço Filho na cátedra de Psicologia Educacional da Faculdade Nacional de Filosofia no Distrito Federal. Certamente, as minhas afirmações necessitam de alguns esclarecimentos adicionais.

Considero que a Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo e o envolvimento com o jornal O Estado de São Paulo tenham contribuído para o citado isolamento de Fernando de Azevedo no que se refere às possibilidades de sua atuação na esfera federal de educação. A última atividade de Azevedo nesta esfera foi a Direção-Geral de Instrução Pública do Distrito Federal no período de 1927 a 1930. Em 1931, de volta a São Paulo, funda a Coleção “Biblioteca Pedagógica Brasileira” sob o patrocínio da Cia. Editora Nacional; em 1933 é nomeado Diretor-Geral de Instrução Pública de São Paulo. O trecho de uma carta de Azevedo a Venâncio Filho de 11 de março de 1931, pouco depois do retorno a São Paulo, deixa entrever os sentimentos do missivista:

[...] Sinto para o trabalho, as forças na sua plenitude: as mesmas energias, a mesma lucidez, os mesmos ideais e a mesma impetuosidade em defendê-los. Receio, porém, não manter por muito tempo ainda esse “tônus” moral e essa mesma disposição de espírito. Escreva-me que suas cartas se tornam necessárias. Tenho a mais profunda consciência da significação e do alcance de nossa obra realizada com a mais intransigente honestidade de propósitos e de processos [...] no silêncio de minha consciência e em face de uma vida, que não sei até quando se prolongará, não vejo um só ato de minha vida pública, de que possa me arrepender, por mais severo que seja no julgamento dos meus atos [...] (IEB/USP, Cx 19) (ver MOREIRA, 1981).

Outro ponto que merece realce é que o relacionamento estreito entre Azevedo e a família Mesquita – proprietária do referido jornal – teve como culminância a criação da Universidade de São Paulo em 1934 num contraponto à derrota no plano político e militar das forças paulistas e possibilitou o convite para o cargo de Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da recém-criada universidade.

A única exceção é o convite do governo federal para a elaboração da introdução do Censo de 1940 por parte de Azevedo e que daria origem ao livro “A Cultura Brasileira” (MOREIRA, 1981). Desta forma, mesmo após o restabelecimento das franquias democráticas em 1946, somente em 1954 um quadro oriundo de São Paulo ocuparia a pasta da Educação: Cândido Mota Filho.

Ao contrário de Azevedo, Lourenço intensifica a sua participação no plano federal, após a elaboração do Manifesto de 1932. Lourenço é nomeado diretor do Instituto de Educação em 1932; professor de Psicologia Educacional e Diretor da Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal nomeado em 1935 e, temporariamente, Diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais do Distrito Federal neste mesmo ano. Apesar das discordâncias em relação às diretrizes emanadas de Anísio que ocupava a chefia da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, denominação posteriormente substituída por Diretoria Geral do Departamento de Educação do Distrito Federal, continuou prestigiado.

Porém, a onda de autoritarismo que invade o país a partir de 1935 ocasiona a saída de Anísio e diversos colaboradores da referida Diretoria. Lourenço continua à frente do Instituto de Educação até 1938 e torna cada vez mais intensa a sua participação no plano Federal já na vigência do Estado Novo.

Em 1937 é nomeado membro do Conselho Nacional de Educação; exerce o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Educação – ainda em 1937; em 1938 assume a direção do INEP; Reitor em exercício da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1939 e com a extinção é transferido para Faculdade Nacional de Filosofia; em 1941 preside a Comissão Nacional do Ensino Primário; em 1944 funda a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos; deixa em janeiro de 1946 a direção do INEP; é nomeado diretor do Departamento Nacional de Educação em 1947; em 1948 preside a Comissão Nacional incumbida de elaborar o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, por fim, deixa em janeiro de 1951 o Ministério da Educação e a partir deste momento [...] *as atividades de Lourenço Filho não mais convergiam para os grandes amigos e companheiros de luta* (MONARCHA e RUY LOURENÇO FILHO, 2001, p. 18)

É perceptível que o isolamento, ao menos no plano administrativo federal de educação, de Fernando de Azevedo corresponde a uma presença intensiva e extensiva de Lourenço Filho no âmbito do Ministério da Educação. Assim, entendo que o retorno de Teixeira ao Ministério da Educação em 1951

(exatamente o ano da saída de Lourenço) no segundo governo Vargas preenche a vaga de general que não poderia ser ocupada pelos outros dois generais por motivos diversos: Azevedo no plano nacional pertenceu à oposição paulista ao primeiro governo Vargas e Lourenço ressentido pelas críticas à sua atuação educacional durante o regime do Estado Novo prefere o afastamento da administração federal.

Portanto, penso que a competência e a liderança baiana de Anísio Teixeira somadas às impossibilidades apontadas ensejaram as oportunidades para uma ascensão meteórica no âmbito do Ministério da Educação, a saber: Secretário Geral da CAPES (1951), Diretor do INEP (1952) e Diretor do CBPE (1955). Anísio Teixeira, um ator sujeito-coletivo, que ficou à frente de diversos órgãos do MEC por treze anos e por treze ministros.

Entendo que este capítulo se constituirá num esforço para compreender os seguintes pontos: as afinidades regionais como elemento de sustentação de um ator num complexo contexto político; as ligações de um “apolítico” com representantes de partidos políticos de matizes diferenciadas; as relações com outros educadores no âmbito de diferentes associações/órgãos, especialmente com o grupo de educadores/sociólogos/antropólogos constituído em São Paulo; as relações de poder e a posterior capitalização destas relações para as permanências à frente do poder público federal; a “ressurreição” de um “apolítico” no período pós Estado Novo; a volta dos “baianos” ao poder federal no governo Dutra e, por fim, a “descentralização centralizadora” do Ministério quando o mesmo sujeito-coletivo detentor de um projeto, Anísio Teixeira, dirige a CAPES, o INEP e o CBPE e participa em cargos de relevância em uma série de outras instituições nacionais e internacionais numa rede de relações amplas e diversificadas (VELHO, 1997).

Este capítulo será uma tentativa de acréscimo, caso não seja uma pretensão desmedida, às obras sobre os intelectuais no Brasil com destaque para “Intelectuais à brasileira” de Sérgio Miceli (2001) e “Os intelectuais e a política no Brasil – entre o povo e a nação” de Daniel Pécaut (1990).

O referido acréscimo terá como base um ponto que penso não ter sido explorado nas obras citadas: as afinidades regionais. Entendo que trabalhar este ponto seja crucial para a compreensão da carreira de um intelectual como Anísio Teixeira que acionou em vários momentos os companheiros “baianos” e por eles

foi acionado, até porque no dizer de Péricles Madureira de Pinho: *Nascidos ou não na Bahia, baianos são os que ali vivendo com ela se identificam constituindo expressões da sua multiplicidade de espírito* e continua o autor Pierre Gaxote *escreveu a história dos franceses. Os trabalhos reunidos neste livro constituem notas para a história dos baianos* (PINHO, 1960, p.11). Pois, que venham os “baianos da Bahia” como dizia Afrânio Peixoto.

2.1 Os Sete Encontros Capitais de Anísio Teixeira

Devo esclarecer ao leitor que mesmo antes da escritura deste item um desafio se apresentava em forma de pergunta: quais os critérios a serem utilizados para a definição de apenas sete encontros na vida de um indivíduo? Difícil tarefa, árdua missão... porém, necessária para pensar a atuação de um indivíduo num coletivo. Pensar as possibilidades de sustentação de um projeto que não é solo... é coral ... composto por inúmeras vozes. Compreender as bases acionadas nos momentos de acumulação de cargos e tarefas, nas investidas político-partidárias, na manutenção da irmandade apolítica e na possibilidade de utilização de novos soldados para a luta pelo controle da educação no Brasil.

Bem, parece-me ainda um tanto enigmático. Resumo: a única possibilidade de reconstruir o Anísio Homem é desconstruir o Anísio Mito. Perceba: eu disse desconstruir e não destruir. A fim de descortinar o Homem senti a necessidade de refazer os seus percursos, os seus itinerários, os seus encontros.

Eis, assim, os critérios que estabeleci para num universo de milhares de encontros estabelecer os sete encontros capitais de Anísio Teixeira: primeiro, indivíduos que combateram ao lado de Anísio no período de 1952 a 1964 (intervalo de tempo definido nesta tese); segundo, companheiros que nos momentos extremados permaneceram fiéis ao projeto que os unia – muitas vezes com discordâncias - e, terceiro, elementos que vindos de áreas distantes das questões educacionais empenharam esforços no combate. O quadro a seguir revela os nomes dos grupos que resolvi adotar e os elementos de cada grupo:

QUADRO 01

OS SETE ENCONTROS CAPITAIS DE ANÍSIO TEIXEIRA

1. OS EXECUTIVOS BAIANOS ► ●Péricles Madureira de Pinho
 - Jayme Abreu
 - Almir de Castro

2. A IRMANDADE APOLÍTICA ► ●Fernando de Azevedo
 - Gilberto Freyre

3. O POLÍTICO-PARTIDÁRIO ► ●Hermes Lima

4. O JOVEM COMBATENTE ► ● Darcy Ribeiro

Vale expressar que considero bastante provável que estes sete encontros tenham sido capitais para a permanência de Anísio durante treze anos no Ministério da Educação (ponto que será desenvolvido no item 2.2 deste capítulo). Obviamente, cabe iluminar a denominação dada a cada um dos grupos e, posteriormente, trabalhar as origens de cada encontro.

Envolvido há quase dez anos nos estudos de instituições dirigidas por Anísio Teixeira, a questão referente ao acúmulo de cargos/funções em diferentes órgãos chamava atenção. Acúmulo que se manifestou candente nos anos 1950 e 1960. Nesta questão o ano de 1955 é paradigmático: Teixeira está à frente da CAPES (desde 1951), do INEP (desde 1952), passa em 1955, também, a ser diretor do CBPE, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) membro efetivo do Conselho Curador do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) – uma centralização excessiva de poder.

Ora, a instalação do CBPE exige a supervisão *in loco* da estruturação dos Centros Regionais espalhados pelo país, diversas viagens para o estabelecimento de convênios para o funcionamento dos centros, viagens inclusive para o exterior... sem contar as representações nas delegações brasileiras enviadas para conferências internacionais de educação. Conferências das quais há registros de

efetiva participação de Anísio Teixeira. Sobre isto me parece oportuna a transcrição do seguinte comentário de Pinho (1960 a., p. 187):

[...] suas viagens multiplicaram-se. Homem portátil por excelência, toma um avião aqui pela manhã, passa algumas horas em Belo Horizonte, de tarde já está em São Paulo [...]. Fica num grupo de trabalho fora do Rio até as 2 horas da madrugada, sem reserva de hotel e sem saber onde vai dormir [...] No avião e no automóvel lê, toma notas, traça esquemas e planos de trabalho [...] e vai ao estrangeiro freqüentemente em viagens relâmpago, só para atender compromissos das organizações internacionais que o solicitam: UNESCO, OEA e OPA (operação pan-americana).

É pouco provável que haja qualquer falseamento na fala de Pinho, porém não há mágica. Algumas viagens realizadas por Anísio ocuparam-no por semanas inteiras, às vezes até meses, e o *homem portátil* necessitou da competência dos seus diretores executivos: Almir de Castro na CAPES, Jayme Abreu no INEP e Péricles Madureira de Pinho no CBPE. Homens que mais do que simples assistentes também participaram ativamente das questões educacionais candentes através de livros, artigos em revistas, entrevistas, palestras, seminários e tarefas que marcam a comunhão entre os órgãos.

Acrescento, como exemplo, o relatório de atividades do CBPE em 1956 no item trabalhos concluídos apresenta no ponto 1 *ajuste entre a CAPES e a UNESCO para a participação desta nas atividades do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, tendo podido contar com a colaboração de seis (6) especialistas estrangeiros* (O I.N.E.P. E OS ÓRGÃOS EXECUTORES DE PLANOS ESPECIAIS: REALIZAÇÕES EM 1956 E NOVOS PLANOS DE TRABALHO, 1957, p. 3).

Os executivos baianos apresentam relação direta com aquilo que no início deste capítulo nomeio como afinidades regionais. Evoco a questão do regional consoante Freyre ao entender que se trata de [...] *um regionalismo que não se opõe mas, ao contrário, concorre para aquela unidade não só nacional como humana que se concilia com a diversidade das culturas* (1957, p. 3).

O segundo grupo que denominei como a irmandade apolítica (poderia utilizar também a irmandade sem coloração política, porém fiquei com o

primeiro) nasceu da articulação de duas idéias que se mostraram constantes na fase de leituras para este estudo. A palavra “irmandade” – no caráter estrito dos intelectuais que conheciam a América do Norte - foi utilizada por Monteiro Lobato em 1929 numa carta endereçada a Fernando de Azevedo em função do seu encontro com Anísio, encontro que instaurou uma sólida amizade até o falecimento de Lobato em 1948.

O termo “irmandade” corresponde, portanto, a uma senha para os “iniciados” nas “coisas” da América. Interessante reproduzir um trecho da epístola de Lobato:

[...]. *O Anísio, viu, sentiu e compreendeu a América e aí te dirá o que realmente significa esse fenômeno novo no mundo. Ouve-o, adora-o como todos os que conhecemos e adoramos, e torna-te amigo dele como me tornei, como nos tornamos eu e você. Bem sabes que há uma certa irmandade no mundo e que é desses irmãos, quando se encontram, reconhecerem-se [...]* (AZEVEDO, 1973, p. 127).

Assim, temos um Anísio lapidado pela América e batizado de “apolítico” por Gilberto Freyre no Brasil. Um “apolítico” que tinha um seletivo grupo político partidário de matizes diferentes e que foi acionado em diversos instantes. Neste terceiro grupo coloquei em destaque a figura de Hermes Lima. Outros poderiam estar no seu lugar, especialmente Luís Viana Filho que assim como Hermes preenchia algumas características básicas para a escolha: representante da Bahia no parlamento, professor, jornalista e biógrafo. A escolha recaiu em Hermes Lima por um ponto que me parece central: a amizade com Darcy Ribeiro que em momentos decisivos de sobrevivência dos projetos anísianos nos anos 1950 e 1960 se fez presente em alianças e estratégias para enfrentamentos de caráter político.

Deste modo, a opção por Lima apresenta relação direta com a base de sustentação política que teve Anísio Teixeira para a implementação de diversos projetos institucionais. A fim de exemplificar a confiança existente entre Anísio Teixeira e Hermes Lima cumpre destacar um fragmento do livro “Travessia” da autoria de Lima:

[...] *Nas eleições gerais de 1945, participei da chapa de deputados da União Democrática Nacional. Conservo desse episódio a mais grata recordação não tanto por haver obtido o maior número de votos entre os candidatos da legenda udenista [...] senão pela categoria dos nomes que me apresentaram aos sufrágios do eleitorado carioca. No manifesto de professores e educadores filiados e não-filiados à Esquerda Democrática [uma sublegenda dentro da legenda da UDN] – “O professor Hermes Lima é um militante das grandes causas do progresso social e político”- leio (no manifesto) os nomes de Alice Flexa Ribeiro, Anísio Teixeira, [...] Carneiro Leão, Fernando Tude de Souza, Gustavo Lessa, [...] Dina e Venâncio Filho, [...] Afrânio Peixoto (LIMA, 1974, p. 149-150).*

Ao quarto e último grupo denominei como “o jovem combatente” e, assim como o terceiro grupo, defini um só elemento a ser colocado em evidência: Darcy Ribeiro. Este grupo contempla a chegada de “novas tropas” para a guerra... novos combatentes para o front. Combatentes que provinham da Antropologia e da Sociologia e se engajaram de variadas formas no projeto cebepliano. Alguns com todas as armas possíveis para a luta a fim de permanecerem no terreno em disputa, outros com o desejo de utilizar o campo de combate como ponte para a consecução de outros objetivos. Dentre os primeiros, destaco Darcy que conseguiu posteriormente ultrapassar as primeiras impressões a respeito de Anísio Teixeira:

[...] *Eu o via como aquele intelectual magrinho, pequenininho, indignadozinho, que falava furioso de educação popular, que defendia a escola pública com um calor que comovia. Mas eu não estava nessa. Gostava era do mato, estava era com meus índios, era com os camponeses, com o povão. Estava era pensando na revolução socialista. Anísio até parecia udenista. Eu o achava muito udenóide por sua amizade com o Mangabeirão [Otávio Mangabeira – governador da Bahia no período de 1947 a 1951], e por suas posições americanistas. Seu jeitão não me agradava, ainda que eu reconhecesse nele, mesmo a distância, uma qualidade de veemência, uma quantidade de paixão, que não encontrava em ninguém mais (RIBEIRO, 1986, p. 209).*

Após explicitar as razões dos nomes dados aos grupos, pretendo analisar cada um dos sete encontros e nesta decomposição trabalhar a multiplicidade de sentidos que estabeleci ao utilizar a palavra “capitais” como principais, essenciais e fundamentais para a compreensão da montagem de um exército que durante treze anos teve o Ministério da Educação como quartel general.

OS EXECUTIVOS BAIANOS

JAYME ABREU

<p>Baiano de Salvador. Nasceu em 1909. Médico formado em 1930. Trabalhou em vários hospitais de Salvador. Faleceu no Rio de Janeiro em 1973.</p>
--

Jayme Abreu, segundo Brito (1999, p. 264), [...] *em 1931 foi nomeado Inspetor Federal do Ministério da Educação e Saúde para o ensino secundário, cargo disputado na época devido ao apreciável nível dos proventos, superior aos dos professores universitários. Jayme foi mais um entre vários profissionais brasileiros (engenheiros, médicos e advogados) que se desvincularam de sua formação especializada para dedicar-se à educação.* A fala de Brito corresponde exatamente ao perfil dos executivos do exército de colaboradores de Anísio.

No caso de Jayme Abreu corresponde a um fecundo trabalho sobre as questões educacionais que teria como consequência a escritura de três livros e sessenta e três outros escritos sobre educação, incluindo artigos, relatórios, editoriais e resenhas críticas, além da participação em diversos seminários nacionais e internacionais. Mas, como se deu o encontro entre Jayme Abreu e Anísio Teixeira?

Antes mesmo de sua nomeação em 1931, Abreu exerceu a inspeção de ensino no Ginásio da Bahia onde por motivos profissionais estreitou relacionamento com diversos educadores profissionais locais de renome. Não é possível afirmar que neste momento tenham nascido as relações profissionais e

cordiais entre Abreu e Teixeira. Porém, a nomeação de Abreu para um cargo técnico na Secretaria de Educação do Estado da Bahia em 1942 parece-me ser a pista mais segura para localizar o momento do encontro haja vista que cinco anos depois, Otávio Mangabeira governador eleito em 1946 convida Anísio para Secretário de Educação e Saúde e este de imediato requisita Jayme Abreu para o seu gabinete no cargo de assessor ou, conforme a teia que estou tentando construir, executivo.

Vale lembrar que Anísio estava completamente absorto – desde o início do seu trabalho na Secretaria – na elaboração do Anteprojeto de Lei Orgânica de Educação e Cultura que para desespero de Anísio não lograria ser aprovado em sua gestão. Assim, Jayme Abreu torna-se o executivo do gabinete de Anísio fato que se traduz no depoimento de Gouveia Neto [...] *o professor Jayme Abreu foi superintendente de Ensino Secundário, Normal e Profissional, quando era Anísio o titular da pasta. Eu o conheci nessa época. Dou o meu testemunho de sua participação muito ativa nos planos de renovação educacional elaborados e desenvolvidos pelo prof. Anísio Teixeira, especialmente na área do ensino médio* [...] (1973, p. 27). A relação entre os dois foi se adensando e Anísio em 1949 nomeia Jayme para a Superintendência do Ensino Médio.

Quanto ao esforço coletivo empreendido durante quatro anos pela aprovação da Lei Orgânica é o próprio Jayme Abreu que expressa os resultados [...] *a Lei Orgânica que daria forma de cumprimento aos dispositivos constitucionais sobre educação não veio nunca, levando a educação na Bahia a sui generis situação de ter até hoje, um aparelho escolar estruturado em bases que contrariam frontalmente o que dispõe a respeito a Constituição do Estado.* (ABREU, 1960, p. 49).

A ida de Anísio para o Distrito Federal para dirigir a CAPES em 1951 afastou por pouco tempo os dois baianos pois em 1953 - já na direção do INEP - Teixeira convida Abreu para Diretor Executivo da CILEME. A direção da referida campanha colocaria Abreu frente à possibilidade de desenvolver levantamentos e pesquisa na sua especialidade que era o ensino médio num plano nacional.

Considero que esta posição foi ponto de partida para a participação na elaboração dos planos de construção do CBPE, para a inserção no debate relativo às diretrizes e bases da educação nacional e os investimentos deste ator nas questões atinentes ao planejamento e pesquisa educacional no Brasil e no plano

internacional. Ao se edificar o CBPE, é convidado por Teixeira para ser responsável pela Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais, cargo que exerceu até 1973. Neste posto se engajou na luta em torno da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional cuja análise é percebida pelos trechos da entrevista que segue

Nenhum dos projetos de diretrizes e bases satisfaz [...]. Os estrangulamentos estão, de modo geral, presentes ao conhecimento de quantos se dedicam ao assunto. [...] Os estrangulamentos estão, ainda, na irrelevância atribuída à educação no esquema de metas do desenvolvimento nacional, no qual tem de ser instrumento básico; no desajuste entre a acelerada expansão quantitativa do aparelho educacional brasileiro e o nível qualitativo dessa expansão, no acidentalismo empírico com que são postos os problemas da educação nacional [...] e o lamentável e recente surto de anacrônica perda de consciência republicana, pelo qual o reacionarismo privatista brasileiro, através de campanhas e anteprojetos de lei, se lançou, em furiosa investida, contra a escola pública, instrumento fundamental do Estado democrático republicano (JORNAL DA BAHIA, 25 de fevereiro de 1959).

Portanto, um médico que se fez educador e um educador que se transformou em um lutador. O próximo...

PÉRICLES MADUREIRA DE PINHO

<p>Baiano de Salvador. Nasceu em 1908. Bacharel em Direito em 1931. Diretor geral da Câmara de Reajustamento Econômico. Faleceu no Rio de Janeiro em 1978.</p>
--

Trata-se de um “executivo” que veio da área jurídica e possuía também conhecimentos da área econômica. Pinho conheceu Anísio através do seu pai – Bernardino Madureira de Pinho – que foi Secretário de Polícia e Segurança Pública de Góis Calmon ao qual também serviu Anísio no período de 1924 a 1928. O momento de maior aproximação entre os dois aconteceu, um pouco depois, exatamente no ano de 1929 que

Marcou o início do grande conflito político que desaguaria na revolução do ano seguinte. Foi o período em que Anísio mais freqüentou a nossa casa, na Rua da Vitória. A biblioteca aberta a um grupo de jovens do qual faziam parte Aluizio de Carvalho, Nestor Duarte, Alberico Fraga, Luiz Vianna Filho, João Mendes, Nelson Pinto, Jaime Aires, era ponto de encontro e debates a que não raro comparecia Anísio com um tipo de cultura e de ginástica intelectual que era para todos uma novidade e um encanto [...] (PINHO, 1960 a., p. 174).

Os anos 1930 afastaram Anísio e Pinho haja vista ter Anísio iniciado os trabalhos à frente do Ministério da Educação, logo sendo convidado para participar do governo Pedro Ernesto e Pinho ter ingressado no secretariado da Câmara de Reajustamento Econômico, onde atingiu o cargo de Diretor. A referida Câmara exercia as funções de controladoria de lucros obtidos por pessoas físicas que apresentassem um ganho acima dos percentuais estabelecidos era ligada ao Ministério da Fazenda e foi criada em 1934 e extinta em 1952. Pinho não foi atingido pela extinção do órgão pois em 1951 foi transferido para o Ministério da Educação a fim de chefiar o gabinete do Ministro Simões Filho que também convocaria Anísio Teixeira para dirigir a CAPES. Deste modo, um novo encontro, porém em âmbito ministerial.

Pinho participou ativamente dos momentos anteriores à criação do CBPE e, exerceu o cargo de Ministro da Educação no período de 26 de maio a 24 de junho de 1953. Teve um papel decisivo para a criação do Centro de Documentação Pedagógica (CDP) neste mesmo ano. Centro que é considerado o embrião do CBPE. Além disto, coube a Pinho a missão de instalar a Casa do Brasil na Cidade Universitária de Paris, um projeto pensado em 1952 com as construções iniciadas em 1956 e, segundo o Boletim Mensal do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (BMCBPE), somente em 1959

O governo brasileiro sugeriu à universidade de Paris a designação do sr. Péricles Madureira de Pinho, que desde o início superintende o projeto, para instalar a casa e dirigi-la por algum tempo. O professor Jean Sarrailh, Reitor da Academia de Paris (Sorbonne), por ato do dia 13 de fevereiro formalizou a nomeação. O atual diretor executivo do CBPE parte no próximo dia 10 para o desempenho da missão (BMCBPE, N° 20, março, 1959, p. 3).

Ao retornar desta missão, Pinho teria um papel de destaque no embate sobre as diretrizes e bases assim como teve Jayme Abreu. Bem, a fim de confirmar a importância deste encontro para Anísio Teixeira, deixo que o leitor acompanhe a saudação que faz Teixeira por ocasião da nomeação de Pinho para o Conselho Federal de Educação em 1962:

Desde o início de minha vida, conheci o Dr. Madureira de Pinho, seu pai, como companheiro do meu. Aprendi a apreciar nêle e, depois, no filho todas as grandes qualidades e tôda a nobreza de homem público que marcaram seu caráter. [...] ùltimamente pude contar com a sua cooperação na organização do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Nessa contribuição, não sei o que mais deva admirar: se o seu alto sentido de responsabilidade, se a singular harmonia da conduta pessoal, que lhe permite fazer funcionar uma organização de caráter profissional como se fôsse verdadeiramente organização universitária (Documenta, nº 6, 1962, p. 76-77).

Sem mais palavras... vamos ao próximo executivo baiano...

ALMIR DE CASTRO

Baiano de Salvador.
 Nasceu em 1910.
 Médico formado em 1931.
 Trabalhou em diversas campanhas federais até chegar ao Ministério da Saúde em 1953.
 Faleceu no Rio de Janeiro.

Almir de Castro em 1938 foi designado Delegado Federal de Saúde da IV região (que englobava os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas) ficando neste posto até 1940. Nesse ano ingressou como assistente no Serviço de Estudo das grandes Endemias do Instituto Oswaldo Cruz, indo em seguida para os EUA, onde obteve em 1941, o diploma de Máster of Public Health, pela Universidade John's Hopkins.

De volta ao Brasil em 1942, foi chefe da seção de Administração Sanitária da Divisão de Organização Sanitária para, em seguida, ser convidado a dirigir o recém-criado Serviço Nacional de Peste do Ministério da Educação e

Saúde. Quando houve o desmembramento do referido Ministério, Almir fez a opção pelo Ministério da Educação e em 1954 foi nomeado Diretor-Executivo da CAPES por Anísio Teixeira. (FONSECA, 2000).

O leitor deve ter percebido a extensa lista de informações sobre a carreira de Almir de Castro. Há uma explicação: quando a informação é rara vale colocá-la à disposição de outros que possam aproveitá-la. Isto se aplica à figura de Almir de Castro, que desde o estudo sobre a CAPES e a história da institucionalização da pós-graduação no Brasil iniciado em 1999 pelo meu grupo de pesquisas da PUC-RIO (maiores informações sobre esta pesquisa estão disponíveis no capítulo I), trouxe inquietações sobre a falta de informações sobre este personagem que foi Diretor-Executivo da CAPES de 1954 a 1964, afastado do cargo pelo golpe civil-militar.

A única fonte de informações conhecida era o depoimento concedido por Almir a Maria Clara Mariani, Ricardo Guedes F. Pinto e Simon Schartzman em abril de 1977 para o projeto História da Ciência no Brasil – CPDOC-FGV. Para esta tese, consegui mais informações sobre Almir no texto “Trabalhando em saúde pública pelo interior do Brasil: lembranças de uma geração de sanitaristas” de Cristina M. de Oliveira Fonseca do ano 2000. E mais, descobri a existência do projeto “Memória da saúde pública no Brasil”. Projeto desenvolvido entre 1994 e 1996 pela FIOCRUZ que teve como objetivo analisar historicamente o desenvolvimento institucional da saúde pública no Brasil, identificando as concepções sobre saúde que orientaram tanto o processo de formação profissional, como a organização institucional do setor.

O projeto considerou como marco cronológico inicial o primeiro governo Vargas (1930), tendo em vista as importantes transformações que ocorreram no campo da saúde a partir deste período, bem como a escassez de trabalhos e análises relativas a este tema. Constituído por 10 depoimentos com um acervo de 122 fitas (117 horas de gravação) com médicos sanitaristas brasileiros que iniciaram suas atividades profissionais ao longo da década de 1930, dentre estes Almir Godofredo de Almeida e Castro.

Mas, em que as informações deste ator podem contribuir para esta tese? Parece-me que o ponto alto se refere à preocupação da CAPES com as Ciências Sociais, até então relegadas a um segundo plano ou simplesmente abandonadas em relação às agências de fomento. Considero que este é mais um aspecto que

merece destaque no tocante às implicações positivas para a solidificação do projeto do CBPE haja vista a fala de Almir fica evidenciada a reorientação da CAPES a fim de atender possíveis demandas do CBPE no que tange à formação de um corpo de cientistas sociais para o quadro cebeplano.

Com a palavra Almir de Castro [...] *nós [da CAPES] não achávamos que o desenvolvimento era uma coisa estanque, que se atendia apenas com tecnologia, com ciências básicas, etc. Sabíamos que há um contexto de implicação e interação de todas as coisas e por isso mesmo, atendíamos também áreas como Ciências Sociais, que era uma área abandonada. A CAPES foi a primeira agência do governo a se preocupar com Ciências Sociais [...]*(1977, p.6). Portanto, fica explícita a preocupação com a execução de um projeto que tinha na formação da ciência, incluindo as sociais, de docentes e pesquisadores um norte.

Merece destaque também a presença de Almir de Castro no cargo de coordenador-executivo do CBPE no período de abril a novembro de 1959 em substituição a Péricles Madureira de Pinho durante a sua estada em Paris numa missão oficial. Cabe realçar que Almir foi um dos integrantes da comissão encarregada da elaboração de um survey sobre a situação educacional brasileira que acabou se transformando numa tentativa de criação de um “Centro de Altos Estudos Educacionais” do qual nasceria o CDP que daria origem ao CBPE. Almir foi eleito vice-reitor da Universidade de Brasília em janeiro de 1964, sendo Anísio o Reitor. Após o golpe de 1964, perdeu todos os cargos públicos.

Encerro esta parte com um raro depoimento dado por Almir de Castro ao Jornal Última Hora em 20 de março de 1959 por conta do projeto Lacerda para a LDBEN:

O projeto Lacerda é um conjunto de falsos interesses. Falsos interesses religiosos, porque a escola privada não será mais religiosa que a pública, na qual se ministra a educação religiosa. Falsos interesses conservadores porque, habitualmente, em todo o mundo, a escola revolucionária não é a pública, mas a privada. Falsos interesses de família, porque nenhuma escola é mais atenta às condições familiares – de todas as famílias – do que a escola pública. Os demais interesses que ditaram o projeto não serão falsos mas ilegítimos. E esses são os de canalizar os recursos públicos para a escola privada [...].

A IRMANDADE APOLÍTICA

FERNANDO DE AZEVEDO

Mineiro de São Gonçalo do Sapucaí.

Nasceu em 1894.

Bacharel em Direito formado em 1918.

Desempenhou diferentes cargos administrativos educacionais no plano municipal, estadual e federal. Teve também atuação na área de jornalismo.

Faleceu em São Paulo em 1974.

Fernando e Anísio se conheceram em 1929 por intermédio de uma carta de Monteiro Lobato que encontrara Anísio Teixeira na América (a referida carta está presente na página 55). Mais que uma carta, a missiva seria uma profecia pois a amizade entre os dois educadores permaneceria acesa até o falecimento de Teixeira em 1971. Uma amizade que abriu inúmeras portas e planos para o educador baiano e um lenitivo para as dificuldades que vinha enfrentando Azevedo na implementação da reforma educacional no Distrito Federal. Este aspecto está registrado num dos capítulos do livro “Figuras do meu convívio” do qual transcrevo o trecho a seguir:

[...] Ele (ANÍSIO) nos conquistou a todos, sem o procurar, pela lucidez e força comunicativa da inteligência, a que dava um encanto particular a simplicidade de maneiras. Confesso haver tido logo o pressentimento de seu destino e do papel que lhe estava reservado na história da educação do país. Quando se levantou, já éramos amigos, como previra e desejara Lobato. [...] O Diretor-Geral da Instrução no Distrito Federal, que o recebia, em plena campanha de uma reforma radical de ensino, reanimou-se, nas suas ásperas lutas, com a volta ao Brasil, do ex-Diretor de Instrução no Estado da Bahia [...] (AZEVEDO, 1973, p. 127).

De fato, o encontro selaria o aumento de membros da irmandade apolítica e a entrada de Anísio na seara dos educadores oriundos de São Paulo. Um campo, até então, estranho para Teixeira que mais à frente seria a sustentação do educador baiano na sua primeira passagem pelo Distrito federal (1931 a 1935) e,

posteriormente, a base do projeto cebeiano pelo tanto de intelectuais das áreas de sociologia e a antropologia requisitados e pelo convênio com a Universidade de São Paulo para a instalação do Centro Regional de Pesquisas.

Quanto aos primeiros contatos com educadores no plano federal no período assinalado parece-me que se impõe a necessidade de um olhar para a equipe de auxiliares de Anísio neste desafio no início dos anos 1930.

Depois de 1930, os principais colaboradores de Fernando de Azevedo ainda permaneceram na Diretoria Geral de Instrução Pública sob o comando de Anísio Teixeira. Frota Pessoa ainda uma vez cuidou do expediente administrativo [...] Paschoal Lemme ficou encarregado da secretaria e Mauro Gomes do Gabinete. Antigo assessor de Fernando de Azevedo e amigo pessoal de Anísio, Venâncio Filho teve funções na subdiretoria técnica, cuja direção era ocupada por Isaias Alves [...] (PAULILO, 2007, p. 83).

A irmandade, mesmo com discordâncias, buscou garantir a vitória na batalha que se instalava no Distrito Federal conforme carta de Teixeira a Azevedo, *creio já ter lhe dito que é minha impressão não ser possível travar no Brasil, a batalha educacional, antes de vencermos a peleja do Distrito Federal* [...] (11 de janeiro de 1934- Cp. – Cx. 32 A.,8). Uma difícil batalha política para os proclamados apolíticos por se tratar de uma guerra travada na capital da República e propensa a diversas interferências dos grupos opositores às reformas educacionais que representam manifestações contrárias às alterações na dinâmica de poder... poder político.

Anos mais tarde, precisamente em 1955, a irmandade que continuou a manter contato por correspondência ou breves encontros se lança em mais um desafio: A instalação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo. É o próprio Azevedo que no livro “História de minha vida” narra o convite e o desafio frente à instalação do Centro que o levou a protelar por três meses a aceitação do convite. O trecho é longo, porém vale a leitura.

Uma tarde, de janeiro de 1955, telefonou-me do Rio, Anísio Teixeira, Diretor do INEP, educador ilustre, e meu amigo. Fazia-me um convite e, mais do que isso, um apêlo para que eu me encarregasse da organização do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, de São Paulo. Quando Ministro da Educação, Abgar Renault criara, por sugestão e segundo planos de Anísio, os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais. Um

dêses, devia ser fundado em S. Paulo. Mas, com a condição (dizia-me Anísio Teixeira) que eu aceitasse a dura incumbência de o instalar, planejar e pôr em execução. O que havia, para fundar êsse centro, eram dois edificios, um, em forma de cunha, em dois pavimentos, longo e extenso, e outro, em três pavimentos, de que a maior parte estava por construir. Grandes edificios erguidos num vasto terreno e logo nos começos da área destinada à Cidade Universitária, no Butantã. Tudo ali, aquém e além dêses edificios, era terreno por desbravar, e ademais sem outras comunicações que a do Instituto do Butantã (AZEVEDO, 1971, p. 153).

Uma tarefa que exigia o aceite do convite e que contava com a força das relações de Azevedo no âmbito da Universidade de São Paulo (USP) porque pelo convênio firmado com o Ministério da Educação teria esta universidade absoluta ingerência na organização do centro como executora do convênio. Deste modo, ao Reitor da USP coube a função de nomear o presidente do Centro, Fernando de Azevedo que permaneceu no cargo até 1961. O processo que culminou com a mudança na presidência do CRPE-SP será analisado com no capítulo V.

GILBERTO FREYRE

Pernambucano de Recife.
 Nasceu em 1900.
 Bacharel em Ciências e Letras em 1917.
 Bacharel em Artes em 1920.
 Mestre em Ciências Sociais em 1922.
 Faleceu em Recife em 1987.

O encontro dos dois apolíticos se dá na condição de assistentes de gabinete de dois políticos: Francisco Góis Calmon e Estácio de Albuquerque Coimbra, respectivamente governadores da Bahia e de Pernambuco no período de 1924 a 1928. É o encontro de dois jovens que, segundo Freyre (1960), os dois governadores desejavam ter como discípulos na arte da política. Este encontro selaria uma amizade que teria como consequência importantes parcerias para o campo das Ciências Sociais.

Utilizo a expressão “Ciências Sociais” no lugar de educação por entender que tais parcerias foram muito amplas, inclusive no processo de criação de instituições de caráter acadêmico como a Escola de Economia e Direito da UDF (seção de Ciências Sociais) em 1935, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais em 1949 e o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Recife em 1957.

Entendo que as três instituições – mesmo separadas pelo tempo – são projetos em diálogo, talvez melhor, diálogos que originaram projetos de uma mesma raiz de compreensão do país e dos homens: a compreensão do nacional através do regional. Um olhar regional que percebesse as diferenças como percepções complexas e únicas de entender o mundo para, a partir daí, buscar um processo de reaproximação destes “brasis” tão dessemelhantes, porém com tantas possibilidades de encontros nos mais variados campos de atividades, dentre elas a educacional.

A Gilberto Freyre foram entregues duas cátedras na UDF, Antropologia e Sociologia Geral. Sobre o convite deixo que o próprio Freyre o caracterize: *Fui dos brasileiros apolíticos procurados por Anísio até nas províncias para colaborar nesse empreendimento difícil e complexo (a criação da UDF), tão acusado, anos depois, de ter sido puro pretexto a propaganda de caráter sectário ideológico entre a gente môça e desprevenida da capital brasileira [...]* (FREYRE, 1960, p. 121). Interessante: o auto-denominado apolítico Gilberto Freyre onze anos depois da inauguração da UDF seria eleito deputado federal por Pernambuco para a Assembléia Constituinte de 1946. Uma das contribuições de Freyre em sua legislatura foi a proposição de criação do Instituto Joaquim Nabuco de Ciências Sociais.

Vale conferir um breve texto sobre a criação do Instituto que está disponível no sítio da Biblioteca Virtual Gilberto Freyre no item que apresenta o sugestivo título “ação política”: *Sempre preocupado com a falta de articulação das diferentes regiões brasileiras, o Deputado Gilberto Freyre propôs ao Congresso Nacional a criação, no Recife, de um instituto de pesquisa social para o estudo antropológico das condições de vida do trabalhador e do pequeno lavrador do norte e do nordeste. Institutos semelhantes deveriam ser criados para articulação de outras regiões do país* (www.bvgf.fgf.org.br).

Ao menos, um instituto semelhante foi criado um ano após: A Fundação para o desenvolvimento da Ciência na Bahia pela Lei nº 347 de 13 de dezembro de 1950, governo Otávio Mangabeira, Secretário de Educação Anísio Teixeira, tendo como objetivos *coordenar, estimular e assistir a pesquisa e o trabalho científico, em todos os seus ramos, concorrendo para o desenvolvimento da ciência por todos os meios a seu alcance* (art. 1º da referida Lei). Percebo uma dupla relação. A primeira tem como eixo as possíveis articulações com a congênere instituição recifense e a segunda um embrião das futuras contribuições entre educação, sociologia e antropologia que seriam a causa do nascimento do CBPE e dos Centros Regionais de Educação.

O CRPE-RECIFE celebra a comunhão de idéias entre Teixeira e Freyre. O primeiro abrigo do centro foi o Instituto Joaquim Nabuco e também a sua última morada haja vista que no momento de sua extinção em 1975 toda a sua área foi incorporada pelo referido instituto por força legal do Decreto nº 75.754 no seu art. 2º. Mas, a fecundidade do encontro foi de encontro a toda a força que o arbítrio pôde utilizar pois este encontro permanece na história que o arbítrio não teve forças para apagar.

O POLÍTICO-PARTIDÁRIO

HERMES LIMA

<p>Baiano de Livramento do Brumado. Nasceu em 1902. Bacharel em Direito formado em 1924. Deputado estadual pela BAHIA em 1925. Faleceu no Rio de Janeiro em 1978.</p>

O próprio Hermes Lima dá o tom do seu encontro com Anísio Teixeira em 1916: *Nesse ano de 1916, chegara do sertão uma turma de oito ou dez rapazes, alguns deles já com dois ou três anos no colégio São Luís, fundado pelos padres em Caitité, espécie de corte sertaneja, onde a presença da missão*

protestante desafiava a fé católica. Do grupo, destacavam-se os Teixeiras: Anísio, Jayme e Nelson, todos ótimos estudantes. Mas a auréola de Anísio era já excepcional (LIMA, 1974, p. 14).

Inicia-se neste momento uma parceria decisiva para o ingresso de Anísio no campo educacional porque mais forte do que a providência divina que alguns escritos atribuem ao convite feito pelo governador Góis Calmon foi a indicação feita por Hermes Lima pois *preocupava-o muito* (o governador) *o problema da instrução e na procura de alguém para chefiar o respectivo Departamento, lembrei-lhe o nome de Anísio. Ele ouviu, fez perguntas, ponderou e expediu o convite* (idem, 1960, p. 132).

Neste ano de 1924, Lima era deputado estadual no partido criado por Calmon e no ano seguinte seria o secretário e oficial de gabinete do governador e na Assembléia relator das duas peças legislativas – uma delas reformando a Instrução Pública do estado e outra aprovando o Regulamento do Ensino Primário e Normal - enviadas pelo Diretor de Instrução Pública Anísio Teixeira. A decisiva participação de Hermes Lima neste episódio é atestada por Viana Filho ao afirmar que *transformado em lei em 1925, o projetou suscitou veementes debates no legislativo estadual, onde Hermes Lima foi dos ardorosos defensores da proposta, cuja filosofia contrariava a Escola Única, em grande voga com os trabalhos de Carneiro Leão [...]* (1990, p. 27).

Considero que o afastamento da Bahia em 1926 para dar continuidade à carreira acadêmica e jornalística em São Paulo é um ponto relevante para a compreensão do potencial adquirido por Hermes Lima tanto no campo político quanto intelectual para o acionamento de estratégias que acabariam por lhe emprestar uma projeção nacional pois *no Correio Paulistano conheceria algumas figuras exponenciais do movimento modernista, Menotti del Picchia, Oswald de Andrade, Cândido Mota Filho, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado* (idem, 1974, p. 49). Figuras que, posteriormente, teriam realce tanto para Hermes Lima quanto para Anísio em suas permanências em postos de destaque nos anos 1950/1960 no âmbito do serviço público federal, principalmente Cândido Mota Filho que exerceria o cargo de Ministro da Educação em 1954. O auto-exílio da Bahia encontraria como próxima parada o Distrito Federal.

Transferindo-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1933, obteve o primeiro lugar em concurso realizado para a cadeira de introdução à ciência do direito da Universidade do Rio de Janeiro. Continuou também a exercer o jornalismo no matutino carioca Diário de Notícias. Em 1935, quando seu conterrâneo Anísio Teixeira ocupava a Secretaria de Educação do interventor Pedro Ernesto Batista, aceitou o convite para dirigir a Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal (COUTINHO, p. 3.150 et seq.).

Hermes Lima permaneceu na UDF por pouco tempo. A maré repressora de 1935 o encontraria ligado à Aliança Libertadora Nacional – uma frente política que abrigou os intelectuais liberais e socialistas como contraponto ao integralismo – que por sua vez estava imbricada com o Partido Comunista do Brasil (PCB) o que ocasionou a sua demissão da cátedra de Direito e a sua prisão por um ano. Da prisão sairia para novamente tentar o jornalismo, porém o Estado novo obriga-o ao retorno à Bahia de onde voltaria em 1946 para a Câmara Federal; para Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República em 1961-1962; Ministro do Trabalho em 1962; Ministro de Relações Exteriores no período de 1962-1963, Primeiro Ministro de 1962 a 1963 e, por fim, Ministro do Supremo Tribunal Federal de 1963 a 1969 quando foi atingido pelo Ato Institucional nº 5. Em relação aos quadros partidários pertenceu à chamada Esquerda Democrática dentro da UDN, ao Partido Socialista Brasileiro e ao Partido Trabalhista Brasileiro.

Para que o leitor possa aferir a relevância do contato entre Anísio e Hermes Lima parece-me significativo o momento da posse de Lima na Academia Brasileira de Letras. Corria o conturbado ano de 1968 e é do seu livro de memórias intitulado “Travessia” que vêm as seguintes impressões: [...] *A noite de minha posse, a 18 de dezembro, também foi significativa. Sala repleta e brilhante, diversos colegas do Supremo, gente que eu amava e admirava e, lá no fundo, atento e fraterno, Anísio Teixeira* (1974, p. 296).

O JOVEM COMBATENTE

DARCY RIBEIRO

Mineiro de Montes Claros. Nasceu em 1922. Graduado em Sociologia e Política em 1946. Trabalhou no Serviço de Proteção aos Índios. Faleceu no Distrito Federal em 1997.
--

A jovialidade de Darcy aliada à determinação em fazer triunfar as suas idéias – mesmo que muitas vezes de forma um tanto apressada – fizeram dele um parceiro ideal para Anísio Teixeira. A junção do antropólogo e do educador possibilitou a concretização de inúmeros projetos nos anos 1950 e 1960.

Uma parceria que em diferentes instantes conseguiu devolver a Anísio o ânimo para continuar na batalha e, mais do que isso, abriu janelas para a compreensão mais apurada das possíveis contribuições antropológicas e sociológicas ao campo educacional numa cartografia de pesquisa que assentaria o seu direcionamento para a construção de mapas superpostos que dariam subsídios para o entendimento da escola e o seu entorno, da educação em um determinado contexto histórico, político, econômico e social.

O primeiro contato entre os dois está registrado no início deste item 2.1. Interessa-me explorar o convite para dirigir a Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais do CBPE e para isto tomo por base as palavras de Libânia Nacif Xavier que me parecem esclarecedoras quanto à importância deste jovem soldado para um exército que necessitava de uma cota de novos combatentes.

Mediante uma recomendação de Charles Wagley, que na época participava na elaboração do plano de pesquisa do CBPE, Darcy Ribeiro foi convidado por Anísio Teixeira para coordenar a Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais (DEPS) do CBPE. Apesar de sua experiência profissional passar ao largo da reflexão sobre as questões da educação brasileira, sua história pregressa o colocava em posição favorável para ocupar o cargo com o qual Anísio lhe acenava. Na DEPS, Darcy Ribeiro foi um elemento importante pois estabeleceu pontes entre o centro e a

universidade, chamando a participar da experiência os pesquisadores provenientes dos dois principais núcleos de formação de cientistas sociais do país na época, a FFCL da USP e ELSP (XAVIER, 1999, p. 109).

Cabe ressaltar que, além desta, Darcy construiu outras pontes que possibilitaram a consecução de diversos projetos do CBPE. Porém, numa perspectiva de mão dupla, foi a participação ao lado de Anísio e sua equipe que Darcy Ribeiro alcançou visibilidade em âmbito nacional como educador. Situação confirmada pelo próprio Darcy em seu livro de memórias “Confissões”:

Foi na campanha por uma lei democrática para a educação e na luta para criar a Universidade de Brasília que comecei a me tornar visível no Brasil como educador. Aquela foi uma luta memorável, em que o melhor da intelectualidade lúcida e progressista se opunha à reação, comprometida com o privatismo, que condena o povo à ignorância. Nos dois campos os líderes mais atuantes eram o Anísio Teixeira e seus colaboradores, eu inclusive, de um lado, e Carlos Lacerda e dom Hélder Câmara no campo oposto (RIBEIRO, 1997, p. 225).

Na luta pela criação da Universidade de Brasília desejo acrescentar dois componentes que entendo não terem sido postos em ação por motivos vários quando da discussão das diretrizes e bases: o poder político e as afinidades regionais. Defendo a idéia que a eleição de JK - que já tivera contatos políticos e pessoais com Darcy em Minas Gerais – facilitou o acesso deste ao centro de tomada de decisões pois, segundo o próprio Darcy, [...] *nessa época eu andava muito próximo da Casa Civil, da Presidência, do Catete, porque o chefe da Casa Civil era Victor Nunes Leal, meu colega de faculdade [também mineiro], e um dos principais subchefes era Cyro dos Anjos, meu conterrâneo e amigo. Ambos deram apoio explícito ao projeto de criação de uma universidade em Brasília.* (1997, p. 236).

Darcy utilizou os contatos políticos e as afinidades regionais para a sustentação de todo o processo de elaboração, construção e funcionamento da Universidade de Brasília. Findo o governo JK e ainda não consumada a construção da universidade, Darcy é apresentado a Jânio Quadros por Anísio Teixeira a quem Jânio confiara a elaboração do plano de educação do seu governo. Mais tarde, aproveita com sucesso o momento da renúncia do presidente para colocar na pauta de votações do Congresso a aprovação o projeto

de criação da Universidade de Brasília (ibidem, p. 243). No governo Goulart, Darcy foi Ministro da Educação e Chefe da Casa Civil. Como registrado, a parceria entre Anísio e Darcy foi uma comunhão de esforços em busca da legitimação de projetos com o lançamento de estratégias políticas e de uma dose de afinidades regionais exploradas pelos dois atores. Um encontro capital que teria na capital do Brasil o seu último encontro.

Anos mais tarde, Anísio Teixeira escreveria sobre o livro o “Processo Civilizatório” da autoria de Darcy Ribeiro:

[...] Considero Darcy Ribeiro a inteligência do terceiro mundo mais autônoma de que tenho conhecimento. Nunca lhe senti nada da clássica subordinação mental do subdesenvolvido. [...] Em Darcy Ribeiro nunca senti esse traço, o qual se manifesta muito comumente entre aqueles “muito cultos”, cuja devoção aos padrões mais altos da cultura estrangeira de que se consideram “expressão”, comunica um tipo de orgulho todo especial, que consiste em se considerar superior ao meio ambiente – o que lhes empresta aquela “soberana arrogância” com que encara essa “choldra” – que é o seu país. [...] O exílio que afastou de nós Darcy Ribeiro por quatro anos deu-nos esse presente magnífico e, com os livros, dá-nos ele também a sua renovada presença (TEIXEIRA, Folha de São Paulo, 23 de novembro de 1968, p. 4, 1º Caderno)

Meu leitor, os sete encontros capitais que explorei neste item da tese representam aquilo que entendo como um ingrediente presente na vida de qualquer um de nós: a imprevisibilidade. A imprevisibilidade que pode fazer de cada encontro um instante fugaz ou a eternidade do enquanto dure a vida e é nesta segunda acepção que aposto minhas fichas no momento em que escrevo este item 2.1. Aposto alto pois penso que tenha sido desta forma. Repare bem, penso. Longe caber aqui qualquer tipo de determinação ou entendimento que os encontros foram programados para acontecerem e darem certo. Demais para um candidato a pesquisador, que é o meu caso.

Apenas busco apontar algumas pistas para pensar permanências, para pensar ausências e para pensar dissensões. Vale dizer que se trabalho com os encontros é porque houve o inverso, se trabalho com a possibilidade destes encontros solidificarem redes é porque houve outras redes opostas em funcionamento com plena legitimidade. Ao pensar as redes lanço vistas ao coletivo e, antes de ingressar na construção do item 2.2, trago para o leitor uma

breve mostra - pois o espaço e o tema desta tese não comportariam um aprofundamento - das instituições/órgãos com os quais Anísio teve estreito contato no período de 1952 a 1964 e que considero também capitais.

Após um longo período de pesquisas, consegui elaborar um quadro com os cargos/funções ocupados por Anísio Teixeira no período de 1952 a 1964. É perceptível que a expansão do projeto cebeiano traz paulatinamente numerosos compromissos nacionais e internacionais para Anísio e sua equipe de trabalho numa agenda que mesmo com o apoio do seu grupo de executivos Anísio teria dificuldades para cumprir. Para tornar mais complexa a situação Teixeira, muitas vezes, teve que enviar o grupo dos executivos para tarefas que os afastariam dos comandos locais. Tal fator será decisivo no tocante às dificuldades encontradas no período de 1961 a 1964 – ponto que será abordado no capítulo V.

Ainda quanto ao quadro, cabe analisar que não se trata somente do aumento de trabalho, mas também de uma excessiva concentração de poder nas mãos de um ator. Contra tal situação levantaram-se vozes contrárias que de alguma forma apresentaram as suas razões, razões para o debate intelectual e, obviamente, devem ser levadas em consideração.

O poder que coube a Anísio – inclusive no comando de volumosos recursos financeiros- nesta fase da vida educacional brasileira foi imenso e imensas foram da mesma forma as oposições a tal situação. Não se trata de estabelecer juízo de valor, mas reler as entrelinhas e perceber que muitas vezes ocorre um hiato entre a memória que se deseja erigir para a posteridade e a memória que esta posteridade escreve com suas mãos.

Penso no tanto que Fernando de Azevedo e Anísio procuram marcar nas suas ações a ausência de coloração política. Ao ler os manifestos de apoio a Anísio em diferentes momentos de sua carreira de homem público ou na leitura do livro “A cultura brasileira” de Azevedo sinto que os textos repousam sob o manto de uma mesma característica: a apoliticidade (ou a neutralidade?).

Assim, desejo expressar que a busca é pela possibilidade de entendimento que somente um ator sujeito-coletivo e político – o que não se configura como qualquer desventura – poderia traçar planos como o do CBPE e permanecer à frente de um Ministério por tanto tempo. Portanto, antes dos treze ministros, vamos ao quadro.

QUADRO 02

CARGOS/FUNÇÕES DE ANÍSIO TEIXEIRA (1952-1964)

ANO ▼	INSTITUIÇÕES ▼ ▼ ▼ ▼ ▼ ▼ ▼ ▼ ▼ ▼ ▼ ▼										
	CAPES 1	INEP 2	CBPE 3	SBPC 4	ISEB 5	PABAAE 6	OEA 7	CHEAR 8	OPA 9	UNB 10	CFE 11
-----	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1952	X	X		X							
1953	X	X		X							
1954	X	X		X							
1955	X	X	X	X	X						
1956	X	X	X	X	X		X				
1957	X	X	X	X	X	X	X				
1958	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
1959	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
1960	X	X	X	X		X	X	X	X		
1961	X	X	X	X		X		X	X	X	
1962	X	X	X	X		X				X	X
1963	X	X	X	X		X				X	X
1964	X	X	X	X		X				X	X

SIGLAS UTILIZADAS E INFORMAÇÕES SOBRE O QUADRO 02:

1. CAPES – Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CARGO: Secretário Geral (1951 a 1964)
CRIAÇÃO: 1951 - SEDE: D.F.
2. INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
CARGO: Diretor (1952 a 1964)
CRIAÇÃO: 1937 - SEDE: D.F.
3. CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CARGO: Diretor (1955-1964)
CRIAÇÃO: 1955 - SEDE: D.F.
4. SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
CARGO: Presidente (1955 a 1959)
CRIAÇÃO: 1948 - SEDE: S.P.
5. ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
CARGO: Membro do Conselho Curador (1955 a 1959)
CRIAÇÃO: 1955 - SEDE: D.F.
6. PABAE – Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar
CARGO: Diretor – representante do governo brasileiro – (1957 a 1964)
CRIAÇÃO: 1957 - SEDE: BELO HORIZONTE
7. OEA - Organização dos Estados Americanos
CARGO: Perito em Educação (1958 a 1964)
CRIAÇÃO: 1958 - SEDE: ESTADOS UNIDOS
8. CHEAR – (Council on Higher Education in the American Republics)-
Conselho de Educação Superior para as Repúblicas Americanas
CARGO: Conselheiro titular (1958 a 1961)
CRIAÇÃO: 1958 - SEDE: rotativa
9. OPA - Operação Pan-Americana
CARGO: Membro titular do comitê central (1958 a 1960)
CRIAÇÃO: 1958 - SEDE: rotativa
10. UNB – Universidade de Brasília
CARGOS: Membro do Conselho Diretor (1961 e 1962), Vice-Reitor (até meados de 1963) e Reitor (do segundo semestre de 1963 ao primeiro trimestre de 1964).
CRIAÇÃO: 1961
11. CFE – Conselho Federal de Educação
CARGO: Membro titular (1962 a 1968)
CRIAÇÃO: 1962 - SEDE: GUANABARA

2.2 Os Treze Ministros (1952-1964)

A fim de facilitar a escrita deste item, elaborei fichas sobre cada um dos Ministros (ver anexo 05) contendo informações que considero importantes frente ao que estou propondo investigar. Detalhe: quando a informação for importante para a articulação do capítulo estará sublinhada. As fichas são formadas por onze itens, a saber:

01. local de nascimento a fim de facilitar o estabelecimento de possíveis afinidades regionais;
02. a área de formação com o intuito de perceber o grau de intimidade com a pasta a ser ocupada;
03. as atividades ajudam a fixar o nível de compreensão do cargo ocupado e as possíveis relações com o campo educacional e político;
04. a carreira feita na iniciativa privada é um elemento que busca investigar principalmente o trabalho em revistas ou jornais como linhas de aproximação com as posições políticas face aos eventos da época;
05. a carreira de caráter público, antes e depois da passagem pelo Ministério, visa ao delineamento de pontos de contato entre o titular da pasta e a constelação de políticos baianos que apresentam relação com Anísio;
06. os apoios, as cisões e a fundação de partidos constituem a base deste item que procura a existência de uma rede de sustentação político-partidário para a presença de Anísio no Ministério;
07. as realizações relevantes do titular da pasta serão a tônica deste item;

08. este tópico se refere às possibilidades de aproximação direta ou indireta com Anísio Teixeira ou com algum elemento de sua rede de trabalho no período anterior ao de assunção como Ministro da Educação (a fonte será aumentada para melhor visualização);

09. divulgação de material concernente ao Ministro a fim de possibilitar futuras investigações;

10. nem sempre foi possível contemplar os onze tópicos propostos com o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, assim a pesquisa se estendeu à participação do titular em variadas instituições como academias literárias, tribunais, casas legislativas e outras;

11. este item explica o motivo da saída do Ministério e anuncia o processo de substituição no cargo.

A elaboração das fichas possibilitou a feitura de inferências de caráter preliminar dado o espaço deste capítulo. É possível iniciar um breve mapeamento pela questão do local de nascimento de cada Ministro sem esquecer que o mesmo nem sempre corresponde ao local de atuação profissional e política. Como exemplos, cito a cota de ministros de Minas Gerais: cinco, porém dois deles (Darcy Ribeiro e Paulo de Tarso Santos) construíram suas carreiras fora do seu estado de origem. Darcy em São Paulo e no Distrito Federal e Tarso em São Paulo, conforme as fichas disponibilizadas. Enfim, dos treze ocupantes da pasta cinco são oriundos de Minas Gerais, quatro da Bahia, dois de São Paulo, um de Pernambuco e um do Rio de Janeiro.

Se considerada a observação do diferencial entre local de nascimento e solidificação da carreira, a seguinte configuração passaria a orientar a análise: quatro da Bahia, três de Minas Gerais, três de São Paulo, dois do Distrito Federal e um do Rio de Janeiro. Esta é a formação sobre a qual penso assentar minhas considerações pois a entendo como a mais próxima da abordagem deste capítulo. Uma abordagem que procura a tessitura da rede entre a intelectualidade, os educadores e a instância político-partidária. Pesam nesta tomada de posição os arranjos realizados, a rede de ajuda estabelecida e, naturalmente, as intervenções dos contatos capitais de Anísio Teixeira como maneiras de entender a sua estada

no Ministério da Educação. É um movimento que considera também a capacidade intelectual de Anísio e suas credenciais obtidas em gestões públicas anteriores a este momento.

O primeiro ponto de abordagem se refere à presença de quatro baianos no ministério, quase a terça parte do número pleno e perfazendo um total de quatro anos e seis meses de permanência na pasta de educação. Mas, o que expressam tais dados? A força de análise está menos no quantitativo destes dados e mais numa seqüência de ministros baianos que reputo se não capital ao menos explicativa da possibilidade de continuação de Anísio em seu posto e no alargamento de suas funções para outras instituições.

O Ministro Ernesto Simões Filho permaneceu mais de dois anos à frente da pasta e neste período conduziu Anísio ao cargo de Secretário-Geral da CAPES em 1951 e o nomeou diretor do INEP em 1952, apoiou a criação da CALDEME e da CILEME, tendo ainda em sua gestão iniciado as primeiras discussões sobre a instalação do “Centro de Altos Estudos Educacionais” que daria origem ao CBPE. Portanto, na gestão Simões Filho, Anísio solidifica sua posição no campo da pós-graduação (CAPES) e começa os seus investimentos no ensino fundamental e médio, ampliando os horizontes de ação do INEP.

A sucessão de Simões Filho trouxe para o ministério um aliado na política baiana: Antônio Balbino de Carvalho Filho. A gestão deste se prolonga por um ano e é marcada pela continuidade dos projetos e pela manutenção da equipe do seu antecessor. Uma continuidade que possibilitou pela Portaria nº 32 de 11 de novembro de 1953 a criação do Centro de Documentação Pedagógica (CDP) que, mais tarde, se transformaria no CBPE. A gestão de Antônio Balbino fortaleceu as propostas de Anísio e sua equipe no âmbito do Ministério e criou as bases necessárias para o início de pesquisas na área educacional haja vista ter o CDP a seguinte estrutura: Seção de Documentação e Intercâmbio, Seção de Inquéritos e Pesquisas, Seção de Organização Escolar, Seção de Orientação Educacional e Profissional, Biblioteca Pedagógica Murilo Braga, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e a Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar.

A saída de Balbino para disputar o cargo de governador da Bahia ocasionou a vinda do conterrâneo Edgar Rego Santos para ocupar o posto por apenas dois meses numa gestão marcada pela complexidade do quadro político

que culminou com o suicídio de Getúlio Vargas. Mesmo assim, continuaram durante a sua gestão as intensas movimentações no plano nacional e no internacional – via UNESCO – para a criação do CBPE.

É forçoso destacar que o envolvimento da UNESCO no projeto se dá tanto pela possibilidade de cooperação técnica quanto pela sustentação financeira exigida por um projeto de tal monta. Percebo que a parceria com a UNESCO legitima o projeto cebepliano como nacional em face das demandas brasileiras e como internacional frente à propalada necessidade de planejamento e pesquisa no campo educacional consignadas pelas diversas conferências internacionais e acordos dos quais o Brasil era participante e signatário.

Após a gestão de Edgar Rego Santos, ocorre uma inflexão em diversos campos de atividades e instituições. O período costeado pelo suicídio de Vargas até a posse de JK é repleto de incertezas. Ao Ministério da Educação chega o paulista Cândido Mota Filho a quem nas fichas dos ministros não atribuí qualquer possibilidade direta ou indireta de aproximação com Anísio Teixeira.

Neste ponto, fico com a hipótese de que a seqüência de ministros baianos seja a chave de compreensão da continuidade da equipe de trabalho chefiada por Teixeira. O tanto de realizações deste ator antes de chegada a década de 1950 e as atribuições e o conhecimento construído sobre o funcionamento de diferentes órgãos dentro do Ministério no período dos baianos conferiu ao ator em tela os atributos essenciais a qualquer assessor, ainda mais no que se refere ao Ministério da Educação: o entendimento do funcionamento da máquina administrativa e o reconhecido nível intelectual de Anísio. Defendo, pois, a perspectiva de que Mota Filho no seu um ano e três meses de gestão tenha procurado a manutenção do núcleo de ação do Ministério.

A onda mineira chega às portas do Ministério da Educação com a eleição presidencial de Juscelino Kubitschek. Abar Renault, Clóvis Salgado e Pedro Paulo Penido comandariam por cinco anos o executivo federal educacional, permanecendo em destaque os longos quatro anos e onze meses sob a liderança de Clóvis Salgado entremeado por uma curta gestão de Renault e Penido. Assim, pretendo analisar a onda mineira como um bloco e se a primeira gestão deste bloco representa um período de tranquilidade para Anísio haja vista suas ligações anteriores com Renault como assistente técnico de educação na prefeitura do

Distrito Federal em 1935, o mesmo é impossível asseverar em relação a Clóvis Salgado.

Nesta gestão, parte da Igreja Católica em 1958 solicitou a Kubitschek a demissão de Anísio do INEP e, segundo Darcy Ribeiro (1986), tanto o Presidente quanto o Ministro cederam e Anísio recebeu a ordem de demissão do cargo. Aqui, localizo um aspecto que merece um acréscimo: as pressões exercidas e o retorno de Anísio ao INEP. A carta-resposta redigida por Darcy Ribeiro, Almir de Castro e Fernando Tude de Souza – utilizando o nome de Anísio – sem dúvida exerceu impacto na opinião pública e suscitou a elaboração de dezenas de manifestos solicitando a reintegração de Teixeira.

Uma questão, porém, parece ter escapado à análise deste momento. Refiro-me à participação de cientistas e intelectuais nos movimentos de pressão, porém numa perspectiva diferenciada do que até então se deixa entrever. Defendo que houve uma articulação que ultrapassou os muros dos departamentos acadêmicos de determinadas universidades e que teve como liderança a associação que congregava os cientistas e intelectuais e que tinha uma relativa influência no projeto de Juscelino de industrialização e desenvolvimento do Brasil: a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

A SBPC foi criada em 1948 e teve na figura de Anísio Teixeira seu presidente no período de 1955 a 1959. Aliás, merece destaque o fato de que o ano de 1955 também é o de organização oficial do CBPE. Anísio, contudo, já freqüentava as reuniões anuais da instituição desde 1952 (SILVA, *Ciência e Cultura*, vol. 10, nº 4, 1958), ano em que assume o comando do INEP. Portanto, Anísio no momento da crise de 1958 se encontra no cargo de Presidente da SBPC tendo como vice Maurício Rocha e Silva (um dos fundadores da entidade) e isto me permite afirmar que a mobilização de intelectuais e cientistas teve como ponta de lança a SBPC.

Bem, até este ponto, entendo ter dado um peso maior à instituição no momento de pressão ao governo JK, mas falta explicar o porquê do meu comentário quanto ao prestígio da referida instituição frente ao governo Juscelino. Um comentário de Maurício Rocha e Silva (*idem*, p. 198) sobre a III Reunião Anual da SBPC realizada em Belo Horizonte, em 1951, reforça a idéia desenvolvida pois

[...] pela primeira vez, a Sociedade recebeu o apóio integral do Governo do Estado, o então Governador Juscelino Kubitschek e o seu Secretário de Saúde Clóvis Salgado. A meu ver foi a reunião de Belo Horizonte, aquela que realmente consolidou a Sociedade, dado o grande interêsse despertado no local, o número apreciável de participantes, em tórnio de 350, e a qualidade dos trabalhos apresentados [...]. Da maior importância, foram as discussões, em Belo Horizonte [...] a uma das quais compareceu o próprio Governador do Estado que tomou parte nas discussões [...].

Perceba: sete anos antes do movimento contra Anísio, lá estavam ao lado da SBPC JK e Clóvis Salgado, os mesmos atores de 1958 em posições de alta hierarquia do executivo só que no plano federal. Evidente reconhecer que havia também a aproximação de JK com a cúpula da Igreja Católica que se encontrava na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Inclusive a Conferência de Campina Grande (PB) de 1956 contou com a presença de diversos Ministros do Governo Juscelino e, mais tarde, em 1957 diversos decretos seriam assinados em acompanhamento às resoluções emanadas deste encontro. Portanto, era qualificada a pressão que pairava sobre a manutenção de Anísio Teixeira à frente do INEP (KORNIS e MONTALVÃO, 2001, p. 1.525 et seq.)

Afirmo que Anísio voltou fortalecido pela crise e teve apoio necessário para deslanchar de maneira acelerada os seus contatos e participações internacionais representando o governo brasileiro. A série de ministros que se apresenta após a onda mineira reforça a posição deste ator: na gestão Brígido Tinoco havia o apoio explícito do presidente Jânio Quadros que confiara a Anísio a elaboração do seu plano educacional.

A administração de Antônio de Oliveira Brito significou o retorno de um conterrâneo baiano ao Ministério; Roberto Lira foi nomeado pelo gabinete parlamentarista Brochado da Rocha com influência do Ministro do Trabalho, Hermes Lima; Darcy Ribeiro teve sempre em Anísio um mestre conforme informações do item 2.1 deste capítulo; Teotônio de Barros Filho teve uma gestão de curta duração e, finalmente, Paulo de Tarso que comungava a respeito de educação popular com Anísio e que tinha positiva relação com Darcy Ribeiro e Hermes Lima por seu apoio ao governo Goulart e às reformas de base.

Antes de proceder às considerações finais do capítulo, transcrevo dois trechos de correspondências de períodos distintos e assuntos diversos: a primeira é

uma carta de 26 de junho de 1959 de Anísio Teixeira para Fernando de Azevedo numa nítida articulação política em relação à divulgação do manifesto “Mais uma vez convocados”. Eis o trecho:

Meu querido Fernando, aqui estamos com o manifesto, que realmente, é documento alto e, acredito, vai concorrer para pôr a questão em seus devidos termos. O debate já está na comissão, definindo-se as linhas de influência pelo Carlos Lacerda e Santiago Dantas.

Por isto mesmo, o manifesto não será lido na Câmara pelo Santiago, já, de certo modo, protagonista do drama, mas pelo Luís Viana que mais distante, dará ao documento o sentido de proclamação da consciência educacional do país, destinado a agir sobre o corpo deliberativo, polarizado entre as duas figuras da UDN e do P.T.B.

[...] Quanto à publicação penso que o manifesto só deverá vir a lume, depois de lido na Câmara. Seria esta uma homenagem dos autores à consciência do Legislativo Nacional. Acredito que V. concorde. Nesse caso, o manifesto será lido na 3ª ou 4ª feira e publicado na 4ª ou 5ª. Somente 2ª feira, poderei comunicar-lhe quando será feita a leitura, pois há *démarches* a fazer, na Câmara, para se conseguir a prioridade [...] (Cp. – Cx. 32A,95) (ver VIDAL, 2000).

A outra correspondência vem de Péricles Madureira de Pinho para Anísio Teixeira e está com a data de junho de 1960 – ano de eleição presidencial. É um relato de uma reunião com o candidato Marechal Lott para conhecimento do seu programa de governo na área de educação e sobre as influências do grupo no discurso do candidato Jânio Quadros. O encontro é tão relevante que Madureira de Pinho não aguarda o retorno de Anísio ao Brasil e envia a carta para Washington onde o mesmo integrava a delegação brasileira no comitê de especialistas da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Meu caro Anísio: Tenho remetido alguns recortes a Você e sabemos que vai bem, cumprindo o programa traçado. Depois de sua partida o Coronel Alencar, do grupo que assessora o Marechal Lott, procurou contactos com Você e, ciente de sua ausência, solicitou o Darcy para um encontro com o candidato. Entendeu o Darcy que deveria eu acompanhá-lo, para tirar qualquer caráter pessoal ao encontro e colocá-lo como representação sua. Tivemos, assim, na quarta-feira, dia 15, hora e meia de conversa com o Marechal, no apartamento em que reside em Copacabana. Nos apresentamos na qualidade de seus colaboradores e para ouvir as instruções necessárias ao preparo de documentos sobre problemas educacionais. O homem é exatamente o que imaginávamos. Seco, impessoal, objetivo,

cheio de idéias, muito elementares mas muito firmes. Quase só êle falou e o Darcy foi muito feliz nas intervenções ao desenvolver as próprias idéias que ele nos transmitia. Está muito firme na defesa da escola pública. Acha que o regime de bolsas para os estabelecimentos particulares deve ser condicionado a fiscalização muito severa. Recordou os bons tempos em que foi aluno de escola pública e quer restaurar aquele ambiente, hoje nela tão diverso [...] (ATc 49.00.00).

Antes de encerrar o capítulo, desejo chamar atenção para outra articulação de Anísio Teixeira que ainda não me parece devidamente estudada: a articulação com o universo cultural. As relações de Anísio com músicos, compositores, cantores, atores, editores, escritores que se mostraram duas vezes presentes neste estudo – a primeira delas quando encontrei no CPDOC-FGV um registro fotográfico da participação de Anísio num encontro de representantes da classe artística nacional no Rio de Janeiro (sem data definida, mas calculo no início do segundo governo Vargas, 1950). Neste encontro, dentre outros, estavam presentes Procópio Ferreira, Elza Gomes, Joraci Camargo e Viriato Correia. A segunda delas através de uma notícia do CRPE-BA no BMCBPE do qual tomo por empréstimo um breve trecho:

Durante o mês de maio [de 1958], o Centro, onde lhes foi oferecido um almôço, foi visitado por uma caravana de jornalistas, escritores, pintores, músicos e radialistas cariocas os quais vieram à Bahia, a convite do editor Ênio da Silveira, para o lançamento do livro “Cidade de Salvador – caminho do encantamento”. Além do editor Ênio da Silveira e outros, compareceram ao almôço: Jorge Amado, Paulo Mendes Campos, Luís Jatobá, Pixinguinha, Fernando Sabino, José Conde e Marques Rabelo (BMCBPE, nº 12, julho, 1958, p. 11).

Devo esclarecer que o objeto deste capítulo, mesmo na contra mão do que Anísio Teixeira e outros atores procuraram erigir como sua memória de educador apolítico ou despolitizado, foi uma tentativa de estabelecer exatamente o contrário, ou seja, a atuação política, a articulação política e a educação como política de um Estado democrático que em nada compromete ou denigre a obra de Anísio. Antes de mais nada, trazer à tona tal politização é uma possível resposta a tantos quantos identificam o projeto anisiano como “neutro” ou despolitizado. É uma demonstração que sem sustentação política e competência técnica não sobreviveria um personagem com tantas responsabilidades num período de treze anos e por treze ministros.

Talvez, ao menos na intenção, este capítulo possa contemplar possíveis respostas para a compreensão de que houve uma politização em outros termos: a politização através de uma doce estratégia que na batalha utilizou de maneira direta e pública os quadros técnicos do CBPE e de forma indireta os quadros político-partidários acionados em postura de resguardo ou de silêncio. Ambos os quadros numa ação articulada buscaram - numa perspectiva alinhavada pelos sete encontros capitais – a legitimação do projeto cebeplano. Neste sentido, foi paradigmática a utilização dos impressos como instrumentos privilegiados para tal processo de legitimação. Mas, isto já é assunto para o próximo capítulo.

DE FATOS E FOTOS

FOTO 01 – GILBERTO FREYRE EM PALESTRA NO MEC EM 1951. CRÉDITO: BIBLIOTECA VIRTUAL GILBERTO FREYRE.

FOTO 02 – JAYME ABREU. CRÉDITO: REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, BRASÍLIA, V. 86, N. 212, P. 39-84, JAN./ABR. 2005.

FOTO 03 - FERNANDO DE AZEVEDO. CRÉDITO: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS.

FOTO 04 – HERMES LIMA. CRÉDITO: FGV-CPDOC.

FOTO 05 – DARCY RIBEIRO. CRÉDITO: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

FOTO 06 – PÉRICLES MADUREIRA DE PINHO NO GABINETE DE ANÍSIO TEIXEIRA NO INEP. CRÉDITO: REVISTA MANCHETE.

FOTO 07 – ESQUERDA: GILBERTO FREYRE, CENTRO: ANÍSIO TEIXEIRA, DIREITA: JORGE AMADO, FEVEREIRO DE 1959. CRÉDITO: FGV-CPDOC.

FOTO 08 – EM PRIMEIRO PLANO, O MINISTRO DA EDUCAÇÃO ERNESTO SIMÕES DA SILVA FREITAS FILHO, 1951. CRÉDITO: AG. O GLOBO.

FOTO 09 - MINISTRO DA EDUCAÇÃO ANTÔNIO BALBINO DE CARVALHO FILHO, ABRIL DE 1951. CRÉDITO: AN/EBN.

FOTO 10 – ANÍSIO TEIXEIRA E O MINISTRO DA EDUCAÇÃO EDGAR REGO SANTOS, CRPE-BA. CRÉDITO: FGV-CPDOC.



FOTO 01



FOTO 02



FOTO 03



FOTO 04



FOTO 05



FOTO 06



FOTO 07



FOTO 08



FOTO 09



FOTO 10